

# O Planejamento político global na solução do desenvolvimento local

## *Global political planning as solution for local development*

Francisco Cristino de França Júnior<sup>1</sup>

---

---

### Resumo

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) expõe suas estatísticas em seu relatório anual, incluindo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Este índice sintetiza dados de educação, alfabetização, expectativa de vida e renda. O estudo demonstra, por cálculos estatísticos de correlação, que as variáveis utilizadas no IDH apresentam forte correlação entre si, confirmando a validade do IDH nos estudos de desenvolvimento dos espaços sociais. O estudo conclui que o foco do desenvolvimento deve estar no próprio desenvolvimento, que se constitui do homem, da sociedade e da produção. Contudo, o desenvolvimento local necessita considerar as condições e as políticas globais.

**Palavras-chave:** IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Políticas de desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável.

### Abstract

UNDP (United Nations Development Programme) it exposes its statistics in its annual report, including HDI (Human Development Index). This index synthesizes education data, literacy, life expectation and income. The study also demonstrates, for statistical calculations of correlation, that the variables used in HDI present strong correlation to each other, confirming the validity of HDI in the studies of development of the social spaces. This study concludes that development focus is into own development, that form human, society and production. However, the local development require to ponder conditios and global politics.

**Keywords:** IDH (Human Development Index). Development politics. Sustainable development.

---

---

## Introdução

Um espaço social é uma comunidade, uma cidade, um país ou uma sociedade, que para se desenvolver ,necessita de definições objetivas sobre critérios de decisões públicas e prioridades políticas. Estas definições são geradas em estudos de economia política, sociologia e cultura, apoiados sobre dados fornecidos por organismos nacionais ou internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas). Os dados devidamente organizados são obtidos com a ajuda dos governos de cada nação, que atualizam indicadores de dimensões múltiplas, relacionando informações sobre o bem-estar social e o desenvolvimento de cada país, permitindo que se façam comparações entre eles (PARR, HAQ & JOLLY, 2000).

Sintetizando elementos de natureza diversa, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado e mantido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), fornece a principal fonte de informação comparativa do desenvolvimento entre nações (STREETEN,2000; PNUD,2002). Os cientistas sociais costumam fazer severas críticas ao IDH, considerando-o pouco fiel à realidade e carente de meios analíticos e qualitativos que poderiam retratar melhor a complexidade das questões que envolvem o homem, as relações de produção e de propriedade (JANNUZZI,2002).

Estudos sobre o desenvolvimento humano buscam soluções pragmáticas para a promoção da sobrevivência e do conforto dos indivíduos, e para a harmonização na convivência social. Para nortear estes esforços, o pesquisador dispõe de índices de produtividade econômica, tais como o PIB (Produto Interno Bruto *per capita*) e o IDH. Com base nessas informações o planejador público desenvolve suas políticas e diretrizes para o desenvolvimento regional, nacional ou internacional.

Para conquistar uma visão sistêmica do espaço social e suas necessidades de desenvolvimento, o cientista social necessita trabalhar com dados comparativos e sintéticos, bem como utilizar informações estruturadas em contextos mais

---

<sup>1</sup> fjunior.fsa@ftc.br- Mestre em Administração de empresa pela Universidade de Fortaleza

gerais possíveis. Neste sentido, o relatório realizado pelo PNUD propicia uma visão comparativa das condições dos diversos povos do mundo, incluindo condições socioeconômicas apresentadas por regiões ou municípios.

### Breve Apreciação Acerca do Desenvolvimento

Contrariando a visão do “selvagem livre” de Rousseau (1999), o homem primitivo é visto pela antropologia moderna como um defensor agressivo do seu território, da mesma forma como se comportam os demais animais (LÉVI-STRAUSS,1996; VROMEN,2002). Com o objetivo de se desenvolver, o homem passa a disputar a hegemonia territorial com seus semelhantes e a lutar pelos privilégios futuros, bem como pela propriedade. Entretanto, coube à racionalidade humana tentar equilibrar condutas cooperativistas e individualistas, estimuladas pelo compartilhamento forçado do ambiente sedentário, sujeitando o homem a abrir mão de sua liberdade individual, e a submeter-se à segurança social (TIJIBOY,1993). Para Rousseau (1999,p.69), esta relação se converte em um pacto social assim definido: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes”. O selvagem de Rousseau e o primitivo dos antropólogos contemporâneos são, ao mesmo tempo, animal e político, tal como definiu Aristóteles.

As características do homem-animal potencializam iniciativas de procura e agregação de recursos vitalícios, fazendo-os avançar em defesa da propriedade privada e do direito a novas conquistas de bens. Tencionando criar tanto para si como para seus descendentes as melhores condições de sobrevivência possível, estes indivíduos passam a empregar a racionalidade e a criatividade na extração daquilo que a natureza oferece, desencadeando em contrapartida, uma depreciação ímpar no Planeta (BRAGA,2002). Muitos anos de degradação tornaram a necessidade de preservação ambiental algo necessário à manutenção da vida na Terra, fundamentado pelo risco de perda considerável do manancial de recursos naturais (BRANCO,2002). Conforme mostra o relatório do PNUD(2002), a gravidade deste quadro aumenta, quando se somam a ele o problema das limitações dos recursos naturais, acompanhada de elevada desigualdade socioeconômica. Surge então o desafio de alimentar e satisfazer as necessidades fundamentais do homem, e, ao mesmo tempo, de atender as exigências de uma convivência social e pacífica, capaz de garantir a segurança e o bem-estar de uma sociedade moderna.

O desenvolvimento com consciência ambiental, ou o “desenvolvimento sustentável”, foi proposto pela comissão de *Brundtland*, Noruega, em 1987, defendendo o desenvolvimento econômico do presente sem o comprometimento da capacidade de desenvolvimento das gerações futuras. Entretanto, o desenvolvimento, mesmo sustentável, decorre de uma mesma lógica de uma economia extrativista e de contínua busca individual pela acumulação dos recursos.

O desejo individual continuado e crescente de todos os homens de deixar patrimônio para os seus descendentes diretos pode implicar em duas vertentes de comportamento socioeconômico: uma referente ao aumento da capacidade de extração de recursos; e outra referente à busca do direito de dispor dos recursos naturais para uso exclusivista. A primeira vertente promove a crescente devastação dos meios materiais disponíveis. A segunda, do mesmo modo que a primeira, implica em conflitos sociais, uma vez tratar-se da apropriação de dotações naturais em ambiente de população crescente, como uma forma de individualização da propriedade pública (SCHMIDHEINY,1992). A situação ameaça as gerações vindouras, pelo esgotamento dos recursos naturais. Neste caso, o patrimônio deixado para os descendentes adviria da renúncia ao consumo dos próprios genitores ou de uma população mais desfavorecida de poder social e econômico.

À medida que a humanidade se reproduz, cresce a necessidade de recursos que, uma vez atendida, produz uma nova e continuada vontade mais sofisticada, tal como mostrou tanto os utilitaristas como os behavioristas. Não obstante, se o Planeta se degrada aos níveis extrativistas de hoje, como imaginar um desenvolvimento sustentável com demandas cada vez mais elevadas? Admitindo-se a solução pela via da reciclagem, depara-se com o obstáculo da ineficiência do reaproveitamento da energia, demonstrada pela segunda lei da termodinâmica, que afirma não ser possível um reaproveitamento integral da energia empregada em um trabalho, ocorrendo uma inevitável perda denominada de entropia, que dissipa parte do recurso utilizado. Além disso, como mostra o relatório do PNUD(2002,p.216), no mundo todo a grande maioria das pessoas é carente de recursos. Nivelar o padrão de consumo dessa parcela populacional implicaria elevar as taxas de consumo de energia individual, da ordem de 2.000 kcal/dia (nível em países subdesenvolvidos) para 125.000 kcal/dia (nível de consumo energético em países desenvolvidos). Ou seja, sem nenhuma outra medida compensatória sendo tomada, os níveis de produção e consumo energético do Planeta se elevariam em 3.250%.

Por outro lado, considerando-se as necessidades de bem-estar de toda a população do Planeta, e não somente das nações desenvolvidas, ou em desenvolvimento, os problemas não seriam esperados para o futuro, mas para o imediato. De acordo com os dados apresentados no relatório do PNUD(2002), as necessidades futuras se antecipam no presente, e, muitos, sofrem, hoje, a insustentabilidade apregoada para amanhã. Definir quem receberá as melhores fatias dos recursos naturais, firma-se como a tarefa mais desafiante no processo de promoção do desenvolvimento, ora essa missão se revertendo para o caráter técnico e econômico, ora para o embate de forças políticas (STREENTEN,2000; PARR,2002; PNUD,2002).

Se a realidade aponta para recursos escassos, demandas crescentes, externalidades do consumo, contaminação causada pelos excessos praticados pelas grandes aglomerações humanas, e uma constante dificuldade de harmonização entre indivíduos na partilha de bens, então são essas as variáveis que precisam ser equacionadas nas ações voltadas para o desenvolvimento dos espaços sociais. Densidade demográfica, concentração urbana, limitações climáticas, fertilidade de solos, condição para a sustentação ambiental, restrições tecnológicas, carência de capital, dificuldade para escoamento de mercadorias, capacidade para o transporte de bens e pessoas, potencial de comunicação, distribuição da renda, influência política, organização institucional e outros fatores correlatos, compõem a lista de preocupações que devem ser consideradas de maneira integrada, definindo-se assim o norte na busca de soluções para o problema do desenvolvimento das nações e da sociedade mundial como um todo.

## A Visão Ecológica da População e do Desenvolvimento

A concepção de Malthus, em 1798, referente ao descompasso progressivo entre a disponibilidade dos recursos da terra e o crescimento da população, tem sido modernamente vista como um fato passível de superação pela tecnologia disponível no presente. Ou, por outro lado, devido a passionais declarações em prol das classes privilegiadas, acompanhadas de um indiscreto descaso pelas práticas de solidariedade, o pensamento de Malthus é muitas vezes posto de lado pelos acadêmicos das ciências sociais (HUBERMAN,1989). No entanto, pelo menos de um ponto de vista parcial, os elementos intelectuais e lógicos de Malthus não podem ser completamente desconsiderados, principalmente quando aplicados a favor dos valores humanísticos e da responsabilidade para com o ser humano, como se pretende fazer neste estudo.

Para Malthus a escassez dos recursos é decorrente do excesso populacional, tendo-lhe restado propor o “controle moral” como modo de solucionar esse problema. Sua proposta consistiria em restringir o direito ao casamento somente aos mais apessoados e aptos a criarem uma família com amplas condições alimentares. Proposta ainda mais radical foi levantada por Platão na Antiguidade que, supõe-se, defendia sem maiores pudores o infanticídio como método de controle demográfico (DURANT,1999,p.44). Excessos históricos à parte, os estudos ecológicos (BRANCO,2002; MAYR,1977), biológicos (SUSSUMAN,1967), inclusive os estudos de ecologia organizacional (BAUM,1999; FRANÇA JR,2002), mostram que o acréscimo desenfreado da população é fator determinante da degradação ambiental e da escassez de recursos.

Os resultados do PNUD (2002) mostram que, de fato, há forte correlação entre taxa de fertilidade, ou taxa de crescimento populacional, e baixo PIB *per capita*. Os dados mostram ainda forte correlação entre as taxas de crescimento populacional e as taxas de mortalidade, confirmando as teses dos ecologistas. Associado a isso, os dados do PNUD mostram que mediante as novas tecnologias de produção de alimentos, a fome ainda se mostra presente em grande número de países do mundo e, embora para alguns países desenvolvidos a tecnologia de produção de alimentos supere o descompasso alimentar, o mesmo não ocorre para os países pobres e não detentores da alegada vantagem técnica do mundo moderno. Assim, modernamente, refaz-se o pressuposto de Malthus, definindo-o não com base na produção do alimento e seu descompasso com o crescimento populacional, mas com base na tecnologia. Enquanto as populações de países pobres apresentam crescimento exponencial, o desenvolvimento tecnológico eleva-se aritmeticamente, caindo no mesmo fosso da fome e da miséria, tendo como único fator de equilíbrio as taxas de mortalidade (ver Tabela 1).

**Tabela 1:** Dados Populacionais.

<i>Países</i>	<i>Fertilidade</i>	<i>Crescimento Populacional</i>	<i>Taxa de Mortalidade</i>	<i>PIB per Capita (US\$)</i>
<i>França</i>	<i>1,7</i>	<i>0,5</i>	<i>4</i>	<i>24.223</i>
<i>Japão</i>	<i>0,4</i>	<i>0,5</i>	<i>4</i>	<i>26.755</i>
<i>EUA</i>	<i>2,0</i>	<i>1,0</i>	<i>7</i>	<i>34.142</i>
<i>Brasil</i>	<i>2,3</i>	<i>1,8</i>	<i>32</i>	<i>7.625</i>
<i>China</i>	<i>1,8</i>	<i>1,3</i>	<i>32</i>	<i>3.976</i>
<i>Índia</i>	<i>3,3</i>	<i>1,9</i>	<i>69</i>	<i>2.358</i>
<i>Angola</i>	<i>7,7</i>	<i>3,0</i>	<i>172</i>	<i>2.187</i>
<i>Mali</i>	<i>7,0</i>	<i>2,4</i>	<i>142</i>	<i>797</i>
<i>Serra Leoa</i>	<i>6,5</i>	<i>2,0</i>	<i>180</i>	<i>490</i>
<i>Países de Renda Alta</i>	<i>1,7</i>	<i>0,7</i>	<i>6</i>	<i>24.973</i>
<i>Países de Renda Baixa</i>	<i>4,0</i>	<i>2,2</i>	<i>80</i>	<i>1.251</i>

**Fonte:** PNUD (2002)

Semelhante argumento tem sido defendido por Meadows et al (1972), mostrando que apesar das melhorias tecnológicas na sociedade moderna, dentro de 30 ou 50 anos, a crescente curva de crescimento populacional do mundo irá se cruzar com a decrescente curva de produção agrícola, dado que, em longo prazo, a provisão de terras cultiváveis tende a se esgotar, restringindo gradativamente a produção de alimentos. Não apenas alimentos, mas também a crescente demanda por minérios e outras dotações naturais tenderão a ter suas reservas esgotadas em menos de 100 anos, como mostra a Figura 1. Com esta fundamental constrição econômica, o século XXI estaria fadado, segundo Meadows (2001), a experimentar tensões muito mais acentuadas do que as vividas nos últimos anos do século XX.

O desenvolvimento global para Meadows (2001) é esperado por dois cenários: um cenário estima que haverá um ponto de declínio provocado pelos limites da sustentabilidade, podendo este limite ser superado por um novo crescimento conseguido através da combinação de políticas institucionais, do livre mercado e de mudanças tecnológicas; o outro cenário se baseia na possibilidade de a produção global atingir níveis acima do máximo de sustentação e, por este motivo, em longo prazo poderá existir um recuo da produção global levando a uma estagnação em níveis bem abaixo do máximo sustentável, acompanhado de muito estresse e disputas.

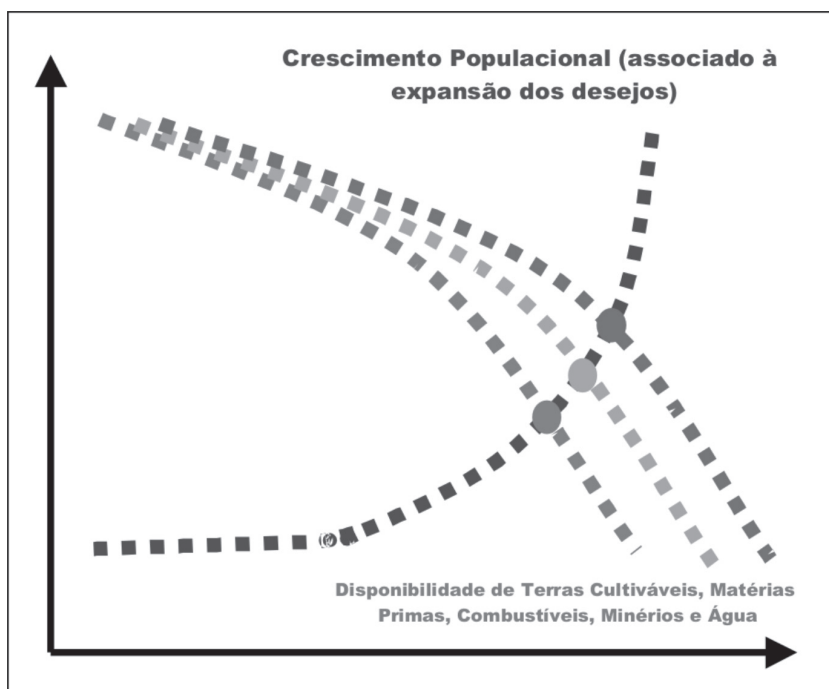


Figura 1. Limites da Sustentabilidade. Fonte: Meadows et al (1972)

**Figura 1:** Limites da sustentabilidade

**Fonte:** Meadows et al (1972)

Imaginando-se as iniciativas de reciclagem como solução para este problema, verifica-se que, através das leis da termodinâmica, por mais que se reciclem os recursos naturais empregados, sempre haverá perda entrópica que impedirá o pleno aproveitamento do bem original. Todavia a criatividade humana, estimulada pela necessidade extrema, poderá gerar novas saídas para a sustentação do homem na Terra, embora a um preço alto (SCHMIDHEINY,1992).

Mas o ponto que deve ser destacado é que as análises normalmente feitas a respeito da escassez de recursos costumam ser feitas de modo local e não global. No entanto, a capacidade tecnológica dos EUA de garantir alimentos para o seu povo não corresponde à condição que uma nação africana possui para conseguir alimentos para a sua população. Do mesmo modo, não se pode considerar que nações européias possam estar em igualdade de condições demográficas em relação às nações subsarianas, e assim dever tomar-se as primeiras como referência mundial de retenção demográfica. Como muitos textos lidos no Brasil, e em outros países, são escritos por americanos, muitas das premissas e conclusões endógenas desses estudos podem vir a influenciar o leitor. Observa-se, portanto, que do ponto de vista global, de fato há um descompasso entre crescimento populacional e disponibilidade de alimentos, possivelmente devido ao abismo tecnológico existente entre os países do norte e do sul (PNUD,2002).

## A Competição e a Cooperação

A distribuição desigual da renda é uma dificuldade sentida desde a Idade Média, até a contemporaneidade, sendo percebida também nos relatórios do PNUD (2002). Mas ecoa nas esferas acadêmicas a busca por uma sociedade mundial harmonizada pela cooperação, em nome da sustentação ambiental, da paz e da justiça re-distributiva (SATHOURIS,2001). Contudo, os dados da ONU insistem em mostrar grandes distanciamentos entre metas e resultados, como se o esforço mundial estivesse sendo sabotado e conduzido ao caos. A obscuridade nas relações econômicas e culturais entre diferentes povos persiste, provocando organismos internacionais e *stakeholders* do desenvolvimento sustentado a continuarem tentando uma solução para as diferenças de estágio de desenvolvimento humano, tendo estas sempre recaído em repetidas soluções pontuais e não efetivas.

Kemmelmeier (2002) mostra que os países se agrupam em conglomerados, como o Mercosul e a ALCA (área de livre comércio das Américas), integrando-se de forma cooperativa, agindo em defesa da liberdade de “competir”, e destacando que além da necessidade de se inserirem no processo de globalização, os países precisam realizar a integração interna de suas atividades produtivas através da cooperação e, ao mesmo tempo, da livre competição interna. Para alguns cientistas sociais, como Sathouris (1999), as ações deveriam ser exclusivamente cooperativas. Todavia, existem cooperações do tipo: bilaterais ou multilaterais (caso da OCDE - Organização Para a Cooperação e Para o Desenvolvimento Econômico), cujos membros cooperam na luta contra os cartéis, e, no entanto, eles estão organizados para a competição (KEMMELMEIER,2002, p.168). Estas alianças fundamentam práticas anti-concorrenciais transnacionais ou locais, e se constituem em um dos grandes desafios dos países pobres, excluídos dos referidos blocos, e pressionados a abrirem seus mercados (KEMMELMEIER,2002, p.174). O movimento de cooperação, com fins de competição, pontua toda a história econômica da humanidade ocidental (HUBERMAN,1989).

## A Visão Geral do Relatório de Desenvolvimento Humano 2002

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é baseado em estatísticas mundiais sobre educação, analfabetismo, longevidade e pobreza, e discute questões relacionadas ao desenvolvimento sustentado e aos meios para o progresso das condições de vida dos povos. O relatório é responsável pela divulgação oficial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Pobreza Humana (IPH).

Nesta edição do “Relatório do Desenvolvimento Humano 2002”, denotam-se os seguintes fatos: confirma-se que os países em desenvolvimento estão realmente se desenvolvendo; que os países desenvolvidos não realizam grandes variações, continuando com elevado índice de desenvolvimento; e que os países subdesenvolvidos encontram-se com poucas condições para superar o estado de pobreza, tendo apresentado resultados piores do que os apresentados a 10, 20 ou 30 anos atrás.

Índices são taxas, como tais, representam a variação ou a velocidade do desenvolvimento. Para países muito desenvolvidos é natural que as taxas não sofram grandes variações. Para os países “em desenvolvimento”, é plenamente natural que se observem taxas mais altas, pois este é o motivo pelo qual eles são assim classificados. Outrossim, os países pobres revelam acentuada dificuldade para alcançarem as condições dos mais desenvolvidos.

O relatório do PNUD confirma outras das concepções clássicas quando indicam uma concentração da riqueza nas mãos de 1% das pessoas do mundo, contra 57% da população carente. Os países desenvolvidos exibem abundância e plena capacidade para alimentar o seu povo, mas sérias restrições econômicas impedem o acesso ao alimento pela maior parte dos demais países do mundo. Com a tecnologia atual, é possível, em duas horas de trabalho diário, suprir as necessidades básicas da população dos Estados Unidos. Porém, para que isso ocorra, é preciso que se utilize a técnica agrícola mais moderna, disponível apenas aos países desenvolvidos. Os dados do PNUD(2002) retratam as diligências para a superação do problema alimentar em grande parte do planeta e mostram que os países não desenvolvidos continuam sem acesso ao crescimento exponencial de alimentos, e sem acesso aos meios para que isso venha a ocorrer algum dia.

Um dos objetivos do “Relatório de Desenvolvimento Humano 2002” é incentivar a democracia entre os países. O PNUD acredita que a escolha popular da liderança seja salutar para a sociedade e que a democracia contribui para a redução da fome. O relatório apela para o aumento da representatividade dos países pobres nas decisões públicas internacionais, embora não tenha exposto como seria possível efetivar essa missão.

A pesquisa do PNUD mostra que nas democracias as necessidades dos cidadãos mais carentes são melhores assistidas, pois a ausência de democracia gera intolerância e alienação, afetando a paz mundial e conseqüentemente o desenvolvimento humano. Para atingir estes objetivos, o relatório sugere que é preciso reforçar as instituições dedicadas às metas de erradicação da pobreza, e sublinha a necessidade de ajudar os países a aplicarem políticas e práticas que permitam levar a cabo estes objetivos. Embora a democracia tenha se estendido nos últimos 10 anos, o poder dos pobres não aumentou. Para a grande maioria das pessoas (9 a cada 10 pessoas, os governos não agem conforme a vontade do povo. Estes dados mostram que a democracia interna (tampouco a sua ausência), apesar de reduzir as tensões locais, não livra as nações das dificuldades globais.



Para o PNUD, a Índia, desde que conquistou a sua independência em 1947, nunca teve uma fome capaz de dizimar seu povo, como vinha ocorrendo antes da sua libertação. China e Coréia do Norte, por outro lado, sofreram grandes baixas decorrentes da fome no último século.

Mas a democracia não é suficiente para efetuar o desenvolvimento humano. “As ligações entre democracia e desenvolvimento humano não são automáticas: quando uma pequena elite domina decisões econômicas e políticas, a ligação entre democracia e equidade pode romper-se” (PNUD,2002). Neste caso, surgem populistas que se aproveitam do distanciamento entre o governo e o povo, e assumem propostas autoritárias, desviando o país dos rumos da democracia em direção ao autoritarismo.

O relatório do PNUD revela uma certa contradição quando afirma que não há indício estatístico que correlacione a democracia com a equidade e o desenvolvimento humano, exemplificando casos bem-sucedidos de democracia e justiça social, como os da Costa Rica e o Brasil, que apresentam uma das maiores desigualdades sociais do mundo. Ao mesmo tempo, o relatório afirma que a democracia, apesar de benéfica, não é suficiente para garantir o desenvolvimento humano. Falta clareza do PNUD na conclusão de se há, ou não, correlação entre a democracia e desenvolvimento.

A ONU sugere que para erradicar a pobreza, os países em desenvolvimento necessitam crescer a uma taxa anual de 3,7% do rendimento *per capita*. Mas apenas 24 países atingem este índice (China e Índia estão entre eles), contra 127 que não conseguiram cumprir esta meta, e ainda obtiveram crescimento negativo, aumentando a percentagem da população na pobreza.

A mortalidade juvenil também piora a avaliação do desenvolvimento humano mundial. Apesar de 85 países estarem se encaminhando para a redução das taxas de mortalidade infantil, 81 países com mais de 60% da população mundial não estão se direcionando para os objetivos prometidos por seus líderes.

Como para se alcançar em metas globais da ONU seria preciso melhorar o desempenho dos países em piores condições, a perspectiva de mudança do quadro de pobreza mundial torna-se mais remota à medida que o tempo passa, pois os países com os piores resultados são exatamente aqueles que mais se afastam das melhorias, como os países da África Subsaariana.

O relatório frisa que o principal determinante do desenvolvimento humano é o político, sendo considerado como mais importante que a gestão eficiente. A política interfere, beneficiando os mais carentes, e essa interferência não ocorre apenas nessa esfera, mas em toda a máquina pública. A proposta da ONU imagina um desenvolvimento justo e capaz de equilibrar benefícios entre ricos e pobres.

A diferença entre a renda dos países mais desenvolvidos e a dos demais países é muito acentuada. O relatório do PNUD mostra grande disparidade entre a evolução do PIB per capita de cada região, registrados para os anos de 2000, 1990 e 1975. Os países altamente desenvolvidos apresentam um desempenho excessivamente superior ao dos demais países. O relatório mostra algum progresso na América Latina, mas apresenta retrocesso na África Subsaariana, Europa Central e do Leste.

No relatório do PNUD, o dinheiro é citado como um subvertedor da democracia. O dinheiro teria uma relação direta entre o poder dos ricos e as decisões políticas. O relatório cita casos de abuso do poder econômico nos Estados Unidos, tendo o processo eleitoral realizado gastos da monta de 343 milhões em 2000. Estes gastos elevados implicam em altos preços a serem cobrados na gestão pública. Esta prática é geral e afeta tanto países pobres, como a Índia, como os demais países desenvolvidos da Europa e da América.

No Reino Unido, 85% dos jornais diários concentram-se em dois terços da tiragem total. Nos Estados Unidos seis empresas controlam a maior parte da comunicação americana. Assim, as idéias circulantes são inapelavelmente influenciadas pelas linhas editoriais dessas instituições. O relatório do PNUD apela à liberdade do jornalismo internacional e o respeito aos códigos de ética profissional. Mas o tônus da ética parece decair na proporção do fortalecimento do poder monopolista.

Uma outra força corruptora da democracia, segundo o relatório do PNUD, é a militar. Observa-se que 46 governos foram tomados pela força militar no século XX. Neste período, 170 milhões de pessoas foram mortas internamente, muito mais que a quantidade de pessoas dizimadas em todas as guerras entre países.

Distorção também se apresenta na representação institucional da ONU, visto que somente países desenvolvidos possuem representação na OMC (Organização Mundial do Comércio) e no FMI (Fundo Monetário Internacional). Ao mesmo tempo, o Conselho Econômico e Social da ONU e a Assembléia Geral da ONU, com ampla representatividade de todos os países, são instituições com muito menor poder de influência mundial. As instituições mais poderosas são exatamente aquelas apoiadas pelos países mais poderosos e que, por isso mesmo, são as mais influenciadas pelas grandes forças econômicas. Propostas de abertura e de uma maior participação nas instituições mais poderosas são imediatamente rebatidas com argumentos de aumento da burocracia e do emperramento das ações.

O apelo final do relatório do PNUD é o da sustentabilidade. Para a ONU, se o desenvolvimento não acontece para uns, não haverá segurança para outros. A falta de respeito à sustentação alheia leva a um enfraquecimento das representações mundiais e dos governos locais, acompanhados do aumento das ameaças e da insegurança geral.

## **O IDH, Virtudes e Defeitos**

A principal virtude do IDH é possibilitar uma visão de síntese do desempenho dos países e a posição relativa do desenvolvimento humano no Planeta. O IDH é calculado com base em três dimensões: o índice de esperança de vida; o índice de educação e o PIB per capita (Produto Interno Bruto por pessoa). Estes três índices procuram satisfazer, respectivamente, as dimensões de vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida digno.

Para o cálculo do índice de esperança de vida são tomados os dados disponíveis nas estatísticas dos países consultados sobre esperança de vida ao nascer. O índice de educação é obtido através do cálculo da taxa de escolaridade bruta e da taxa de alfabetização de adultos. O cômputo do índice de educação atribui peso de 2/3 para a alfabetização de adultos e 1/3 à escolarização combinada (fundamental, médio e superior). O índice relativo à renda é baseado no PIB ajustado. Ele é dito “ajustado” porque requer balizas inferiores e superiores, que no relatório do PNUD são de \$100 a \$ 40. Uma vez definida a baliza, executa-se a linearização da curva de distribuição por meio de logaritmos para identificação da escala do índice que varia de 0 a 1. Com isso, conclui-se o processo de confecção do índice classificador do desempenho das populações mundiais, o IDH.

A metodologia do IDH envolve recursos matemáticos, ponderação e escolhas subjetivas das dimensões a priori. O método representa o principal coro das críticas ao índice, sendo considerado por muitos como pouco transparente ou inteligível. O método também é visto como pouco sensível aos aspectos específicos da complexidade social. Mas a principal crítica ao IDH se refere à possibilidade de ele vir a ser aplicado indevidamente, provocando danos aos usuários ou beneficiários de políticas públicas que o utilizarem (JANNUZZI,2002).

Outra crítica feita ao IDH consiste na possibilidade de se conseguir modificações acentuadas no índice de uma população, pela variação e acumulação dos valores de renda per capita. Streeten (2000) conta que se fossem considerados 3 aumentos sucessivos de 1 ano de expectativa de vida ao nascer para uma população, ao cabo dos três anos uma renda média per capita de \$ 7.482 passaria para \$ 31.631. Streeten afirma também que países com renda média de \$ 5.711 apresentam, a cada incremento de \$ 99, um aumento de 1 ano na expectativa de vida. Streeten ainda estranha por que países africanos apresentam IDH mais altos do que países em desenvolvimento, como a Índia e a China (não parece coincidência o fato de ambos serem países superpopulosos).

Todas as críticas ao IDH são inevitáveis. As implicações decorrentes da estruturação de um corpo de informações, a partir de dimensões diferentes, sempre sujeitarão o método a limites e parâmetros operacionais. É também certo que métodos que agrupem dados de diferente natureza possam levantar questionamentos metodológicos. Entretanto, esses argumentos não fundamentam suspeições suficientes para macular a lisura e a validade do índice, nem chegam a comprometer o método, por suas outras características vantajosas em termos de síntese.

As suspeitas da variação abrupta do IDH, provocada por pequenas modificações dos dados de renda (e sua comparação com a expectativa de vida), apesar de bem fundamentadas, teoricamente falando, não são verificadas na prática. As variáveis envolvidas estão fortemente inter-relacionadas, confirmando a síntese e homologando a metodologia do índice. Em outros termos, a crítica é destituída pela força das relações entre as dimensões, que destacam a inobservância de distorções entre as perspectivas escolhidas para compor o IDH. Para confirmar a integração e a afinidade entre as dimensões escolhidas para compor o IDH, este estudo aplica o método estatístico de correlação linear aos dados levantados pelo PNUD, referentes ao relatório de 1996.

Um estudo de correlação linear fornece indícios sobre as ligações estatísticas entre variáveis. O cálculo de correlação linear se baseia na densidade do agrupamento de pontos sobre uma reta teórica que representa uma possível relação existente entre as variáveis. Se os pontos gerados em um plano cartesiano, envolvendo as duas variáveis, formarem uma “nuvem” com assentamento próximo à reta teórica calculada pelo método de correlação linear, então o valor de correlação entre as variáveis será próximo de 1. Valores distantes de 1 indicam baixa correlação entre as variáveis.

Este método, empregado pelo autor na avaliação metodológica do IDH, supre satisfatoriamente as necessidades de confirmação da hipótese de validade da escolha das variáveis empregadas para determinação do IDH. Com isso, confirma-se a existência de forte correlação entre as variáveis empregadas no cálculo do IDH. Os cálculos realizados nesta parte do estudo são referentes ao relatório do PNUD de 1996 e estão resumidos na Tabela 1. Deste cálculo são obtidas as seguintes correlações entre variáveis: expectativa de vida e educação = 0,8576; expectativa de vida e PIB per capita = 0,6329 e PIB per capita e educação = 0,7531.

**Tabela 1:** Cálculo de correlação estatística. Síntese calculada pelo autor com base nos dados do IDH (1996)

<i>CÁLCULO DE CORRELAÇÃO ESTATÍSTICA</i>			
	<i>Expectativa de Vida</i>	<i>PIB per capita</i>	<i>Educação</i>
<i>IDH</i>	0,8698	0,9941	0,8288
<i>Expectativa de Vida</i>	1	0,6329	0,8576
<i>PIB per capita</i>	-	1	0,7531
<i>Educação</i>	-	-	1

Os valores 0,8698, 0,9941 e 0,8288 correlacionam o IDH aos respectivos elementos: expectativa de vida, educação e PIB per capita. Seria evidente afirmar que existe forte relação entre o IDH e as dimensões escolhidas para constituí-lo, mas a forte correlação entre os elementos (variáveis) somente seria evidente se a escolha destes representasse as dimensões adequadas à produção do IDH. A escolha de elementos bem correlacionados define condição necessária e suficiente para a formação de um índice sintético como o IDH. Como a correlação verificada é forte, então demonstra-se, com isso, a conveniência metodológica dos vetores: expectativa de vida, educação e o PIB per capita. Observa-se, também, que a expectativa de vida demonstra maior correlação com a educação do que com o próprio PIB per capita. Este fato revela que aqueles que se educam mais, vivem mais.

Embora uma forte correlação entre educação e expectativa de vida tenha sido verificada, a taxa combinada de matrícula não apresentou correlação significativa com nenhuma outra variável utilizada para o cálculo do índice. Resultado igualmente estranho é percebido, ao se realizar em os mesmos cálculos de correlação sobre o IDH fornecido para todos os municípios brasileiros em 2002. De acordo com o exame do autor, observa-se fraca correlação entre o índice de educação e as demais dimensões. Estes resultados sugerem uma apuração sobre a metodologia de formação do IDH municipal brasileiro, ou sobre a precisão dos dados coletados para o cálculo do IDH para os municípios.

Mas a crítica mais danosa ao IDH é, por sua vez, a mais possível de ser remediada. Se o uso indevido do IDH é o principal motivo do dano técnico-metodológico, então será suficiente conhecer as virtudes e os defeitos do referido índice. Uma vez consciente da metodologia, dos parâmetros e dos limites do IDH, o planejador público pode evitar os possíveis efeitos danosos da aplicação indevida do índice. Logo, sendo o IDH um índice sintético, deve-se evitá-lo em estudos analíticos, porém sobram todos os demais estudos para bem empregá-lo, principalmente, os que necessitam comparar o desenvolvimento em diferentes espaços sociais.

### **Apreciações Sobre o IDH**

Rousseau(1999,p.205) fez severa críticas aos excessos da racionalidade iluminista, argumentando que os paradoxos enfraquecem a fé e a virtude. Rousseau defende a fé, pois, estando a crença sob constante inquisição, por razões próprias da epistemologia, nunca se estabeleceriam condições para a definição de um conceito. Do mesmo modo, se todos os estudos fossem relativistas, analistas, e locais, então não existiria um mínimo de realidade objetiva e de ações práticas na ciência e nos atos dos homens comuns. Logo, medidas objetivas e sintéticas, como o IDH, mostram-se como instrumentos reais, concretos e aceitáveis para os devidos fins.

Se o IDH é um instrumento possuidor de limites, também serão outros recursos de avaliação analítica. Aplicar um índice exige compreender as suas características metodológicas e operacionais. O IDH é um instrumento quantitativo e objetivo, com capacidade de oferecer ao pesquisador e ao planejador público um macro-referencial, com base em dimensões chaves do desenvolvimento. Assim, o IDH fornece um *ranking*, uma grade de resultados relativos, que pode ser utilizado responsavelmente. Embora os estudos analíticos sejam recursos válidos para o cientista social, estes não contemplam a visão relativa dos países e a integração de uma perspectiva tridimensional (humana, social e econômica).

Dos cálculos e das análises feitas sobre o IDH, conclui-se que ele seja um instrumento metodologicamente satisfatório. Como as análises de economia política local não fornecem informações suficientes para os estudos de desenvolvimento, empregam-se índices comparativos do desempenho entre nações, um recurso que somente através de índices sintéticos e objetivos, como o IDH, se pode obter.

### **A Síntese do Desenvolvimento do Espaço Social**

A síntese do desenvolvimento se dimensiona pelos vetores econômicos, sociais e humanos. A dimensão econômica está vinculada à tecnologia, à produção, e à renda; a dimensão social está ligada à convivência harmônica entre os indivíduos e o direito comunitário (FERES,2002); e a humana, com o respeito às necessidades e direitos individuais e de liberdade de cada membro. Nas palavras de Rosseau (1999, p.96), este processo se define do seguinte modo: “Os compromissos que nos

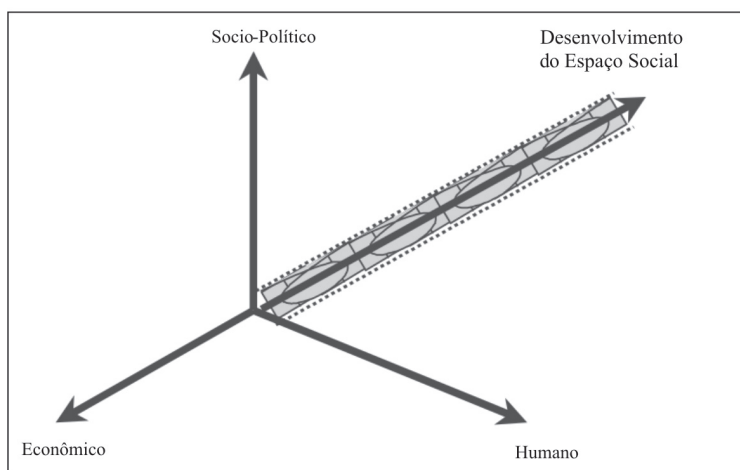


ligam ao corpo social só são obrigatórios por serem mútuos, e tal é sua natureza, que ao cumpri-los, não se pode trabalhar por outrem sem também trabalhar para si mesmo”.

As três dimensões, juntas, produzem o desenvolvimento do espaço social através da dialética. Cada dimensão possui uma direção e um sentido próprio, mas a síntese das três perspectivas descreve a evolução do desenvolvimento sobre o vetor tempo. Renda, convivência harmônica, e direitos pessoais são metas com diferentes direções individuais, porém ligadas entre si pelo movimento evolutivo, dialético e integrador. Os problemas das sociedades se relacionam às necessidades de compatibilidade, de redução dos conflitos, e de fortalecimento das relações entre esses elementos (MORIN,1997). O movimento circular e espiralado estrutura o processo evolutivo e produz, a cada novo ciclo, novos níveis de desenvolvimento. Conforme sugere Hegel (1999,p.400), este processo se realiza do seguinte modo:

Este movimento é, como concreto, uma série de desenvolvimento, que se não se deve representar à maneira de uma linha reta dirigida para um infinito abstrato, mas à maneira dum círculo que volta sobre si mesmo e cuja periferia é uma grande quantidade de círculos, em que é ao mesmo tempo uma grande série de desenvolvimentos que giram sobre si mesmos.

Assim, o desenvolvimento de um espaço social é um espiral dialético contínuo que sintetiza uma nova dimensão que evolui na linha vetorial do tempo, dimensionado pelas perspectivas econômicas, sociopolíticas e humanas. Deste modo, o espiral do desenvolvimento está situado no campo tridimensional denominado “espaço social”, como mostra a Figura 1.



**Figura 1:** Desenvolvimento do Espaço Social. (Elaborado pelo autor).

Considerando estes condicionantes espaciais, estrutura-se matematicamente uma base epistemológica para futuros estudos empíricos. Este modelo viabiliza um paradigma lógico da dinâmica evolutiva em um espaço social. A base mediadora entre os meios empíricos e formais pode ser representada por um “sistema autônomo instável”, como assim definem Zill e Cullen(2001,p.148). Um sistema desta natureza possui a forma:

$$\frac{dx_1}{dt} = g_1(x_1, x_2, x_3)$$

$$\frac{dx_2}{dt} = g_2(x_1, x_2, x_3)$$

$$\frac{dx_3}{dt} = g_3(x_1, x_2, x_3)$$

Deste modo,  $x_1$ ,  $x_2$ , e  $x_3$  expressam as três dimensões (sociopolítica, econômica e humana) que evoluem no tempo  $t$ , representando cada funcional  $g$  ( $g_1, g_2, g_3$ ) uma análise parcial da evolução do sistema. Por outro lado, conforme definem as equações acima, uma abordagem capaz de sintetizar a evolução do espaço social favorece não apenas a visão das partes, mas de todo o sistema. Nota-se que a variável  $t$ , independente, participa apenas como “estado do sistema”, fato que o define como

um sistema autônomo, dado que esta variável não está contida nas funcionais  $g$  e, por conseguinte, resulta em situações de recorrências como ocorrem com os processos das ciências sociais que evoluem historicamente.

Abordagens analíticas de desenvolvimento socioeconômico são, por vezes, consideradas superiores às sintéticas, como defende Jannuzzi (2002). Mas mesmo que elas permitam maior aprofundamento dos temas, elas não satisfazem a todas as exigências de uma visão sistêmica e dinâmica do desenvolvimento. Também não é possível abordar o geral e o específico simultaneamente (FRANÇA JR, 2002). Logo, a visão sintética e sistêmica, nos estudos do desenvolvimento de um espaço social, deve ser considerada tão útil quanto à analítica, mesmo que, ao se focalizar o todo, perca-se alguma informação das partes.

Este modelo está estruturado para demonstrar, através de uma visão lógica e matemática simplificada, como um conjunto de variáveis escolhidas convenientemente pode compor uma síntese racionalmente consistente a respeito de questões complexas como o desenvolvimento. Do mesmo modo, o emprego do IDH deve ser aceito por se tratar de um mecanismo igualmente racional e sintético.

## Conclusão

O Desenvolvimento depende da racionalidade conquistada pelo homem, sendo esta percebida através da observação de uma convivência harmoniosa entre indivíduos que compartilhem livremente um mesmo território. Mas essa convivência torna-se mais difícil com a escassez de recursos, que por sua vez cresce à proporção que aumenta o seu consumo, cujo aumento de consumo é decorrente dos aumentos demográficos, e que, por fim, são acompanhados pelo crescimento dos próprios frutos econômicos do desenvolvimento.

A escassez é determinada localmente pelo déficit entre as necessidades e os recursos tecnológicos de cada nação, que alimenta os multiplicadores das desigualdades. A acumulação crescente dos recursos em países desenvolvidos tende a se perpetuar e a aprofundar as diferenças entre o norte e sul, como mostra o relatório do PNUD (2002). Todavia, se todos os países do mundo atingissem níveis de desenvolvimento compatíveis aos dos demais países desenvolvidos, as dotações naturais tenderiam ao esgotamento ou se tornariam ainda mais escassas e disputadas.

Considera-se o IDH um instrumento recomendado para uso em estudos de desenvolvimento dos espaços sociais. Contudo, observa-se que o cálculo do IDH para os municípios brasileiros carece de atenção, pois os estudos das correlações entre as dimensões não confirmaram relações fortes entre si, o que não acontece quando se toma o IDH relativo aos países.

Para se efetuar e planejar o desenvolvimento não basta, como afirmam Streeten, Jannuzzi ou Parr, lançar o foco sobre o homem. O foco do desenvolvimento deve estar no próprio desenvolvimento, que se constitui do homem, da sociedade e da produção. Conquanto, enquanto fim, cada uma dessas dimensões possui uma direção e um sentido próprio; enquanto meio, o conjunto formado por todas elas se dirige para uma única direção, a do desenvolvimento. Assim, erradicar a pobreza implica sintetizar uma meta tanto econômica, quanto social e humana.

O desenvolvimento de um espaço social precisa ser pensado não mais por meio de políticas de governos locais, pois ele demanda considerações cada vez mais globais, cuja repartição dos recursos precisa escapar das históricas determinações da lei das armas e da individualidade das nações.

## Referências

- ABRÃO, B. S. *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BAUM, J. A. C. Ecologia organizacional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.
- BRAGA, B. et. al. *Introdução à engenharia ambiental*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- BRANCO, S. M. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Moderna, 2002.
- BRUNDTLAND COMMISSION. *World commission on environment and development: our common future*. New York: Oxford University Press, 1987.
- DURANT, W. A. *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- FERES, M. V. C. Regulação, empresa e política de concorrência. *Revista do IBRAC*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 233-256, 2002.
- FRANÇA JUNIOR, F. C. Princípios de evolução organizacional decorrente do modelo biológico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002.

- HEGEL, G. W. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 51-71, jan./fev. 2002.
- KELLY, K. The new soul of John Deere. *Business Week*, p. 64-66, Jan.1994.
- KEMMELMEIER, C. S. Defesa da concorrência: práticas transnacionais e cooperação no âmbito do Mercosul e ALCA. *Revista do IBRAC*, v. 9, n.1, p.157-176, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MAYR, E. *Populações, espécies e evolução*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.
- MEADOWS, D. H. et al. *The limits to growth: a report for The Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.
- MEADOWS, D. L. Tools for understanding the limits to growth: comparing a simulation and a game. *Simulation & Gaming*, v. 4, n. 32, p. 522-536, 2001.
- MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, G.; CARVALHO, E. A.; ALMEIDA, M. C. *Ensaio da complexidade*. Rio de Janeiro: EDUFERN, 1997.
- PARR, S. F. Indicators of human development and human rights: overlaps, differences... and what about the human development index? *Statistical Journal of the United Nations*, p. 239-248, 2001.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano 2002*. UN Plaza. New York, 2002. Disponível em: <www.pnud.org/undp>. Acesso em: 15 dez. 2002.
- ROSSETTI, J. P. *Introdução a economia*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- SATHOURIS, E. *The biology of globalization*. 1999. Disponível em: <www.radical.org/LifeWeb>. Acesso em: 15 nov. 2002
- SATHOURIS, E. *Earthdance*. 2000. Disponível em: <www.radical.org/LifeWeb>. Acesso em: 15 nov. 2002.
- SCHMIDHEINY, S. *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- STREETEN, P. Looking ahead: areas of future research in human development. *Journal of Human Development*, v.1, n.1, p. 25-48, 2000.
- SUSSUMAN, M. *Crecimiento y desarrollo*. Mexico, DF: UTEHA,1967.
- TIJIBOY, J. A. *Educação, ecologia e desenvolvimento mundial*. Porto Alegre: Suliani, 1993.
- VROMEN, J. J. Review of the new evolutionary microeconomics: complexity, competence and adaptive behavior - Jason Potts. *Journal of Memetics - Evolutionary Models of Information Transmission*, v. 5, 2001. Disponível em: <http://jom-emit.cfpm.org/2001/vol5/vromen\_jj.html>. Acesso em: 2 abr. 2002.
- ZILL, D. G.;CULLEN, M. R. *Equações diferenciais*. São Paulo: Makron Books, 2001.

**Recebido em:** 15.6.2005

**Aprovado em:** 18.8.2005